



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**N.º 78, DE 2023**  
**(Do Sr. Glauber Braga e outros)**

Susta os efeitos da Portaria nº 521/2021, do Ministério da Educação (MEC), que “Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio”.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PDL-611/2021.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
LIDERANÇA DA FEDERAÇÃO PSOL-REDE

Apresentação: 16/03/2023 17:11:24,500 - MESA

PDL n.78/2023

**Projeto de Decreto Legislativo nº \_\_\_\_\_/2023**

*Susta os efeitos da Portaria nº 521/2021, do Ministério da Educação (MEC), que “Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio”.*

O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI da Constituição Federal, decreta:

**Art. 1º.** Este Decreto Legislativo susta os efeitos da Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021, publicada pelo Ministério da Educação (MEC).

**Art. 2º.** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A Portaria nº 521, publicada pelo governo de Jair Bolsonaro em 13 de julho de 2021, institui o Cronograma de Implementação do Novo Ensino Médio (NEM), estabelecendo, por exemplo, que neste ano de 2023 se dará a implementação dos referenciais curriculares nos 1º e 2º anos do Ensino Médio, além da montagem e aplicação dos pré-testes das matrizes do Sistema de Avaliação do Ensino Médio (Saeb) alinhadas ao Novo Ensino Médio, e que já em 2024 haverá a aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), conforme as diretrizes do referido NEM.

Claro está, a vigência da Portaria nº 521/2021 torna fato consumado a implementação de uma “reforma” amplamente rechaçada por entidades estudantis, associações científicas, sindicatos de docentes e movimentos sociais. Contra a dita reforma, iniciada no governo de Michel Temer com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, objeta-se que ela foi gestada de modo autoritário e antipopular, seja porque o governo da vez se valeu do instrumento legislativo da Medida Provisória (no caso, a MP nº 746/2016), abortando um profícuo processo de debate sobre o Ensino Médio que se dava na sociedade e chegava ao Congresso Nacional, seja porque a implementação da nova lei teve início, já no governo de extrema-direita, em plena pandemia de Covid-19, com aulas presenciais suspensas ou precariamente retomadas na maior parte dos estabelecimentos de ensino, o que inviabilizou o debate democrático e o controle social – inviabilização esta que o governante de índole totalitária não cuidou de evitar.

\* C D 2 3 8 6 9 1 9 9 1 9 0 0 \*



Já em 2016, vale lembrar, o vigoroso movimento de ocupações estudantis em escolas de Ensino Médio e universidades públicas, na maior parte dos estados brasileiros, mostrava que a virtual imposição do novo modelo, via MP 746/2016, encontrava um rechaço significativo no seio da sociedade.

Além do exposto, a vasta maioria das organizações e profissionais da Educação brasileiros vem denunciando, com grande preocupação, o fato de a dita reforma: 1) fragilizar o conceito de Ensino Médio como parte da Educação Básica, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); 2) ampliar a adoção do modelo de Ensino Médio em tempo integral sem assegurar investimentos suficientes para garantir condições de acesso e permanência dos estudantes, assim excluindo das escolas de jornada ampliada estudantes trabalhadores e aqueles de nível socioeconômico mais baixo, bem como estimulando o fechamento de classes do período noturno e da Educação de Jovens e Adultos – EJA; 3) aprofundar as desigualdades educacionais – e, por extensão, as desigualdades sociais –, ao instituir uma diversificação curricular por meio de itinerários formativos que privam estudantes do acesso a conhecimentos básicos necessários à sua formação; e 4) terceirizar partes da formação escolar para agentes exógenos ao sistema educacional, como institutos empresariais, organizações sociais e associações privadas.

É, pois, de fundamental importância a imediata suspensão do Cronograma de Implementação do “Novo” Ensino Médio instituído pelo governo vencido nas urnas por meio da Portaria nº 521/2021. Sem essa suspensão, consultas públicas procrastinatórias são apenas um faz de conta, gerando somente desgaste político e deixando de preservar o direito social à Educação, assegurado no artigo 6º da Lei Maior.

Eis por que solicitamos aos nobres pares a aprovação deste Projeto.

Brasília, 16 de março de 2023.

**Chico Alencar**  
PSOL/RJ

**Glauber Braga**  
PSOL/RJ

**Ivan Valente**  
PSOL/SP

**Professora Luciene Cavalcante**  
PSOL/SP

**Sâmia Bomfim**  
PSOL/SP

**Talíria Petrone**  
PSOL/RJ

**Tarcísio Motta**  
PSOL/RJ





## **Projeto de Decreto Legislativo** **(Do Sr. Glauber Braga)**

Susta os efeitos da Portaria nº  
521/2021, do Ministério da Educação  
(MEC), que “Institui o Cronograma  
Nacional de Implementação do Novo  
Ensino Médio”.

Assinaram eletronicamente o documento CD238691991900, nesta ordem:

- 1 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 3 Dep. Chico Alencar (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 4 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)
- 5 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)
- 6 Dep. Tarcísio Motta (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE



**FIM DO DOCUMENTO**